

11 JUL 1993

A Força do Exemplo

A modernização da sociedade brasileira tem como pressupostos a estabilidade econômica e a renovação ética. O árduo ajuste fiscal é tarefa paralela a um penoso ajuste moral. O primeiro objetiva o equilíbrio das finanças públicas, tornando os gastos do Estado compatíveis com o orçamento. O segundo, a criação de cidadãos responsáveis nas esferas pública e privada, fraternalmente comprometidos com o futuro do país.

A estabilidade estimula a poupança e o investimento, substituindo a especulação pela produção. A dilapidação suntuária e o jogo cedem o lugar à austeridade e ao planejamento. Um Estado com credibilidade — com boa gestão econômica, moeda forte, juizes honrados, parlamentares dedicados — é o melhor incentivo para contribuintes honestos e sociáveis. A crise econômica é solidária com crise de valores: a resolução de ambas se fará de forma simultânea e combinada.

Se é verdade que nossa hiperinflação encoberta dissolve os padrões morais e gera o imediatismo, a desconfiança e a insegurança, também é verdade que mágicas financeiras e engenharias técnicas de curto prazo são incapazes de resgatar automaticamente o valor dos códigos e o vigor da consciência moral. O Brasil descobriu com o Plano Cruzado como é fugaz o sonho de se tornar estável como a Suíça e pujante como o Japão — por decreto.

A mudança profunda requer produção de exemplos, mais do que retórica e artifícios. Gestos tocam mais do que discursos. Um presidente do Tribunal de Justiça, uma juíza de primeira instância, um procurador-geral do Estado e um promotor deram, no Rio de Janeiro, a demonstração prática de que uma cultura alegre e irreverente não é incompatível com um Judiciário severo e ágil.

Há quem tema que o clamor generalizado pela aplicação das leis e pela punição dos criminosos desande na atração fatal pelos julgamentos sumários e pelos métodos expeditivos. Nada: o clamor desaparecerá na medida em que certas atuações ainda excepcionais se tornem banais e rotineiras. O Brasil não quer violar o devido processo legal. Tanto o processo de *impeachment* de Fernando Collor, quanto o julgamento dos bicheiros pela juíza Denise Frossard são exemplos magníficos disso.

Verificam-se, hoje, ajustes simultaneamente econômicos e culturais nos mais diferentes países.

O mais poderoso do mundo está a braços com um reordenamento de valores e prioridades que inclui a redefinição do papel do Estado, a reconsideração dos investimentos sociais e a reforma dos sistemas educacional e de saúde.

Para responder aos desafios da globalização econômica e da concorrência do Japão e da Comunidade Européia, os Estados Unidos, como diz o economista Lester Thurow, terão que deixar de ser a sociedade de alto consumo e baixo investimento da década de 80 e se transformarem numa sociedade de baixo consumo e alto investimento nos anos 90. Para aumentar o nível de investimento, o consumo terá que crescer mais devagar do que o produto durante algum tempo, para que o investimento possa aumentar sua fatia no PNB. Isto implica uma mudança de valores e de comportamentos.

Exatamente oposta à que se verifica no Japão, que deve dar mais ênfase ao seu sobrecarregado e exausto consumidor. A mudança é de monta: a economia japonesa é toda ela centrada no produtor, não no consumidor, na exportação e não no mercado interno. As cidades japonesas necessitam urgentemente de uma reforma fundiária. O mercado de trabalho nipônico, mais cedo ou mais tarde, enfrentará o desafio de se abrir à mão-de-obra chinesa.

E por aí vai. Os europeus precisam completar a integração. Mas cada país tem seus problemas específicos. O mercado acionário alemão, um dos mais concentrados da Europa, está em via de se democratizar, sob o impacto da comunidade e da reunificação. A Itália, sob o impulso de um grupo de magistrados decidiu dar um basta na promiscuidade entre a política e o banditismo, processo que passa por um exame de consciência coletivo num país onde as pequenas fraudes ainda estão entranhadas no cotidiano. A moralização política, em todo o caso, é o preço cobrado pela Comunidade.

O problema brasileiro é mais grave ainda. A inflação ainda corrói a responsabilidade individual em face das normas universais e dos valores tradicionais. Mas a onda ética já começou a produzir efeitos, embora o Brasil, até o momento, continue operando de forma morosa e irresoluta a gestão econômica. Assim como não foi possível modernizar um país liderado por corruptos, não será sábio desmoralizar a honradez com a incompetência.